

PROT-OVT

Oeste e Vale do Tejo

Documento de Trabalho

Área sectorial **Agro-Florestal**

Designação do documento **Diagnóstico Estratégico/Visão**

Contacto da equipa **Francisco Avillez**

Data 26 | 02 | 2007



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo



União Europeia
FEDER

ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	3
1.1. Considerações estratégicas sobre a região	3
1.2. SWOT e tendências	4
1.3. Visão estratégica	5
1.4. Opções estratégicas	6
2. SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA	8
2.1. Situação actual do sector agro-florestal	8
2.2. O futuro da PAC e suas consequências	17
2.3. O PDR 2007-13	21
3. ANÁLISE SWOT – FORÇAS, FRAQUEZAS, OPORTUNIDADES E AMEAÇAS	25
4. UMA VISÃO ESTRATÉGICA PARA O FUTURO DO SECTOR AGRO-FLORESTAL NAS SUB-REGIÕES DO OV-T	29

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

1.1. Considerações Estratégicas Sobre a Região

Do ponto de vista estratégico, a principal característica do sector agro-florestal das sub-regiões do Oeste e Vale do Tejo (O-VT) é, em nosso entender, a predominância dos sistemas de agricultura de produção que apresentam potencialidades futuras para virem a ser economicamente competitivos ou ambientalmente orientados. De facto, de acordo com as nossas previsões existem condições para que no O-VT sejam viáveis, no futuro, sistemas de agricultura de produção economicamente competitivos ou ambientalmente orientados praticados no âmbito de cerca de 27 mil explorações agrícolas ocupando uma SAU de 257 milhares de hectares e dando emprego a 39 mil UTA, as quais se prevê virem a estar, maioritariamente, localizados nas sub-regiões do Oeste e da Lezíria do Tejo.

Apesar disso, prevê-se que venha a ser muito significativo, quer o número de explorações (22 mil), quer o volume de emprego (20,5 mil UTA), quer a SAU (99 milhares de hectares) hoje em dia ocupados por sistemas de agricultura de produção apoiados por subsídios, cuja sustentabilidade futura só será alcançável através da sua reconversão para sistemas de agricultura de conservação ou de serviços rurais, o que irá ser fundamental para o futuro do O-VT em geral e da sub-região do Médio Tejo em particular.

1.2. SWOT e Tendências

O sector agro-florestal das sub-regiões do O-VT apresentam um conjunto de pontos fortes e fracos de âmbito agro-ecológico, sócio-estrutural e técnico-económico que apontam para a existência de:

- oportunidades de reconversão dos sistemas de agricultura de produção apoiados por subsídios e/ou de reduzida dimensão económica, para sistemas de agricultura de produção (economicamente competitivos ou ambientalmente orientados), de conservação e de serviços rurais;
- ameaças de abandono da produção agrícola e do território rural.

O processo de reforma da PAC iniciado em Junho de 2003 e o PDR 2007-13, irão criar condições que irão permitir ao sector agro-florestal do O-VT, apresentar tendências de evolução que privilegiem:

- o reforço da competitividade futura dos sistemas e estruturas de produção, transformação e distribuição de produtos agro-alimentares e florestais capazes de competirem internacionalmente (hortícolas, frutas, vinho, azeite e produtos lácteos mais diferenciados);
- a expansão dos sistemas de agricultura biológica e a prática de culturas energéticas destinadas à produção de biocombustíveis líquidos (cereais e oleaginosas de regadio) e de biomassa agro-florestal;
- a expansão de sistemas de agricultura orientados para a conservação da natureza e da biodiversidade e o ordenamento do território e para o reforço e diversificação do tecido económico e social das zonas rurais.

1.3. Visão Estratégica

De acordo com os pontos fortes e fracos e as oportunidades e ameaças por nós identificadas, só uma visão estratégica capaz de conciliar a multifuncionalidade das explorações agrícolas com a competitividade económica dos respectivos sistemas de agricultura é que poderá vir a assegurar a futura sustentabilidade económica, ambiental e social quer do sector agro-florestal, quer das zonas rurais do O-VT.

Uma visão estratégica do tipo multifuncional e económica vai implicar a concretização dos três seguintes objectivos:

- promover sistemas de produção agrícola e florestal economicamente competitivos e ambientalmente sustentáveis;
- viabilizar sistemas de ocupação e uso do solo que contribuam para a valorização sustentada dos recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais das zonas rurais;
- incentivar a diversificação e reforço do tecido económico e social das zonas rurais e contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida.

A concretização destes objectivos vai depender da capacidade dos produtores agrícolas da região para desempenhar três diferentes tipos de funções.

Uma **função económica** baseada na prática de actividades agrícolas de tipo agro-comercial capazes de serem competitivas no contexto de mercados cada vez mais alargados e concorrenciais.

Uma **função ambiental** baseada na prática de actividades agrícolas de tipo agro-ambiental orientada para a valorização sustentada dos recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais.

Uma **função social** baseada em actividades agrícolas e não agrícolas de tipo agro-rural, orientadas para a consolidação e diversificação do tecido económico e social das zonas rurais.

1.4. Opções Estratégicas

A concretização destas funções vai implicar a adopção de uma estratégia regional capaz de promover, em articulação com os instrumentos de política sectorial, os oito seguintes tipos de opções estratégicas.

Primeiro, uma expansão da área ocupada com sistemas de produção hortícola, horto-frutícolas e horto-industrial e de flores e plantas ornamentais.

Segundo, uma reestruturação e eventual expansão da área ocupada por sistemas de produção frutícola.

Terceiro, uma reestruturação dos sistemas de produção vitivinícola.

Quarto, uma expansão da área ocupada pela agricultura biológica.

Quinto, uma reconversão da área, actualmente, ocupada por sistemas de culturas arvenses não competitivas para outras utilizações, tais como a produção de biocombustíveis líquidos ou biomassa agro-florestal.

Sexto, uma expansão dos sistemas de produção pecuária extensiva orientados para a produção de bens diferenciados e de qualidade, bem como o reforço da competitividade dos sistemas de pecuária intensiva.

Sétimo, Reconversão para outros sistemas de ocupação e uso do solo, mediante o reforço da diversificação das actividades não agrícolas no meio rural, no âmbito do agro-turismo, pesca, caça, etc.

Oitavo, um reordenamento e aproveitamento mais adequado das áreas com ocupação agro-florestal e florestal.

O sucesso de concretização deste conjunto de opções estratégicas vai implicar a eficaz aplicação ao território de um conjunto de medidas de política capazes de:

- contribuir para o aumento da dimensão económica das explorações agrícolas da região;

- promover o rejuvenescimento e uma maior qualificação profissional dos activos agrícolas e a capacidade de gestão e de organização comercial do tecido empresarial regional;
- melhorar as infra-estruturas rurais em geral e promover a expansão, reabilitação e modernização dos regadios privados e públicos em particular;
- fomentar a inovação ao nível quer dos processos produtivos, quer dos produtos finais no âmbito das fileiras agrícolas e florestais identificadas como prioritárias;
- promover a multifuncionalidade das explorações agrícolas, criando condições de sustentabilidade futura para a expansão dos sistemas de agricultura de conservação e de serviços rurais;
- reforçar a generalização de futuras parcerias entre os produtores agrícolas da região e os agentes económicos que maior dinamismo apresentam no contexto dos respectivas fileiras agro-alimentar, florestal e agro-ambiental;
- promover os produtos agrícolas e florestais da região nos mercados internos e externos.

A adequação destes diferentes tipos de medidas às diferentes sub-regiões do O-VT e a sua tradução sob a forma de normas orientadoras do ordenamento do território vai implicar uma identificação e caracterização espacial das potencialidades de expansão dos diferentes tipos de sistemas de agricultura em causa de modo a que se possa equacionar, não só a adequada resposta regional aos instrumentos de política sectoriais, como também, a sua compatibilização com as outras formas alternativas de ocupação e uso do solo.

2. SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

2.1. Situação Actual do Sector Agro-Florestal

As sub-regiões do Oeste e Vale do Tejo (O-VT) integram actualmente cerca de 48,7 milhares de explorações agrícolas que ocupam 356 milhares de hectares de superfície agrícola utilizada (SAU) e dão emprego directo a cerca de 59,6 mil unidades de trabalho ano (UTA), representando, respectivamente, cerca de 12, 10 e 15% do número de explorações, da SAU e das UTA do conjunto dos concelhos rurais de Portugal Continental (**Tabela 2.1.1**).

Tabela 2.1.1. Dados base sobre a componente agro-florestal das sub-regiões de Oeste e Vale do Tejo

	Oeste	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste e Vale do Tejo	Continente *
N.º de explorações (1000)	20,4	14,9	13,4	48,7	370,8
SAU (1000 ha)	84,4	220,2	51,4	356,0	3704,4
SF (1000 ha)	59,1	92,9	187,3	339,3	3412,3
UTA (1000)	27,2	19,9	12,5	59,6	485,8
MBT (M€)	307,8	221,7	45,1	574,6	2641,4
TRT (M€)	67,9	92,2	17,1	177,2	1072,6
MBE (M€)	239,9	129,4	28,0	397,3	1568,8

* Concelhos rurais

De acordo com o Inventário Florestal Nacional de 2005-06, a superfície florestal (SF) das sub-regiões do O-VT atinge cerca de 339 milhares de hectares, 50% dos quais integrados na superfície agro-florestal (SAF) das explorações agrícolas em causa, de acordo com as nossas estimativas baseadas no Inquérito às Estruturas Agrícolas de 2005.

Na sub-região do **Oeste** predominam as áreas agrícolas (cerca de 50% do território) sobre as áreas florestais (cerca de 25%).

Nas áreas agrícolas do **Oeste** ocupam posição dominante a vinha, os pomares e as culturas anuais de regadio com, respectivamente, cerca de 41, 10 e 5 milhares de hectares.

Nas áreas florestais do **Oeste** predominam o pinheiro bravo e o eucalipto que ocupam, respectivamente, cerca de 17 e 36 milhares de hectares.

Na sub-região da **Lezíria do Tejo** predominam as áreas florestais (cerca de 53% do território) sobre as áreas agrícolas (cerca de 32%).

Nas áreas agrícolas da **Lezíria do Tejo** ocupam posição dominante as culturas anuais de regadio (38 milhares de ha), o arroz (16 milhares de ha), a vinha (19 milhares de ha), o olival (8 milhares de ha), sendo a restante área ocupada principalmente por prados e pastagens com terra limpa e sob coberto de áreas florestais.

Nas áreas florestais da **Lezíria do Tejo** predominam o montado de sobro e azinho (109 milhares de hectares) e o eucaliptal (54 milhares de ha).

Na sub-região do **Médio Tejo** as áreas florestais são, também, dominantes (cerca de 51% do território) em relação às áreas agrícolas (cerca de 27%).

Nas áreas agrícolas do **Médio Tejo** predominam as áreas de olival (25 milhões de ha), pomares (3,4 milhares de ha), vinhas (2 milhares de ha) e culturas anuais de regadio (4,7 milhares de ha), sendo a restante área ocupada principalmente por prados e pastagens sob-coberto de culturas florestais.

Nas áreas florestais do **Médio Tejo** predominam o pinhal (26,9 milhares de ha), o eucaliptal (42 milhares de ha) e o montado (21 milhares de ha).

Poder-se-á, assim, concluir que no conjunto das três sub-regiões do **O-VT** as áreas florestais ocupam cerca de 45% do respectivo território, enquanto que as áreas agrícolas representam cerca de 35% da área em causa.

Na área agrícola do conjunto do **O-VT** ocupam posição dominante as culturas anuais de regadio e o arroz (com cerca de 63 milhares de ha), a vinha (62 milhares de ha), o olival (34 milhares de ha) e os pomares (15 milhares de ha), correspondendo a maior parte dos restantes 182 milhares de hectares de SAU a áreas ocupadas por prados e pastagens em terra limpa e em áreas sob-coberto florestal.

No que diz respeito, às áreas florestais do conjunto das três sub-regiões do **O-VT**, é dominante a posição do eucaliptal (133 milhares de ha), seguindo-se-lhe, em importância, o montado de sobro (131 milhares de ha) e o pinheiro bravo (52 milhares de ha).

Do ponto de vista do **sector pecuário**, as três sub-regiões em causa, representavam, de acordo com o Recenseamento Agrícola de 1999, cerca de 16% da totalidade das cabeças normais (CN) do Continente, sendo dominantes as aves (36% do Continente), os suínos (33% do Continente) e os bovinos de carne e leite (9% do Continente).

Nas sub-regiões do Oeste e Médio Tejo as aves e os suínos representavam em 1999 cerca de 4/5 da totalidade das CN dos animais criados nesta sub-região, sendo a importância das aves muito superior à dos suínos no Médio Tejo.

Na Lezíria do Tejo, os bovinos de carne e leite eram dominantes, representando, não só cerca de 61% do número total deste tipo de CN no conjunto das três sub-regiões, como também 38% da totalidade das CN da sub-região em causa.

No que diz respeito às **indústrias agro-alimentares e florestais**, as três sub-regiões do **O-VT** integram, respectivamente, de acordo com as últimas

estatísticas disponíveis, **1534 empresas** em nome individual e **931 sociedades**.

No âmbito das sociedades, que são aquelas unidades industriais para as quais se dispõe de dados referentes ao volume de negócios e de emprego, importa sublinhar os seguintes principais aspectos.

Primeiro, que no conjunto das três sub-regiões as sociedades correspondentes às indústrias agro-alimentares são dominantes, em relação às indústrias florestais, do ponto de vista quer do seu número (61% do total), quer do volume de negócios (69%), quer do volume de emprego (64%).

Segundo, que esta dominância, mantendo-se em todas as sub-regiões do ponto de vista do número de sociedades altera-se, no caso da sub-região do Médio Tejo, para a qual as indústrias florestais representam 75 e 70%, respectivamente, dos volumes de negócio e de emprego do conjunto formado pelas respectivas indústrias florestais e agro-alimentares.

Terceiro, que na sub-região do Oeste o ramo da indústria agro-alimentar e florestal mais importante, do ponto de vista dos volumes de negócios e de emprego, é o ramo da indústria do abate de animais, posição esta que é ocupada pelo ramo de indústrias de conservação de frutas e de produtos hortícolas na Lezíria do Tejo e da fabricação de pasta de papel (no que respeita ao volume de negócios) e da indústria de madeira e cortiça (no que se refere ao volume de emprego) na sub-região do Médio Tejo.

De acordo com as nossas estimativas este conjunto de explorações agrícolas do **O-VT** é responsável por uma margem bruta total (MBT) anual de cerca de 574.6 milhões de euros, 30.8% da qual é resultante de transferências de rendimento geradas pelas políticas agrícolas de que, actualmente, beneficiam. Daqui resulta que a contribuição anual da agricultura das sub-regiões do Oeste e do Vale do Tejo para a criação de riqueza, medida através da respectiva

margem bruta económica (MBE), atinge actualmente cerca de 397.3 milhões de euros, o que corresponde a 25.3% da margem bruta económica gerada pela agricultura da totalidade dos concelhos rurais de Portugal Continental.

Pode-se daqui concluir que, actualmente, a agricultura das sub-regiões em causa assume uma importância económica muito significativa, uma vez que, apenas, cerca de 10% da SAU e 15% das UTA do Continente Português são responsáveis por cerca de 1/4 da respectiva MBE e de 22% da correspondente MBT.

A sub-região do Oeste assume uma importância significativa na criação da riqueza agrícola do OVT, uma vez que a respectiva MBE representa cerca de 60% do seu correspondente valor total. Por outro lado, a sub-região do Vale do Tejo é a que mais beneficia das políticas agrícolas em vigor, representando as respectivas transferências de rendimento cerca de 62% do valor total do O-VT, 84% das quais beneficiam as explorações agrícolas da Lezíria do Tejo.

Do ponto de vista do seu rendimento agrícola, as explorações agrícolas das sub-regiões do O-VT apresentam, em média, um resultado anual (medido através da respectiva MBT/UTA) que é cerca de 1,8 vezes superior à média das explorações agrícolas do Continente Português. Esta diferença é ainda mais pronunciada no que diz respeito ao Oeste e à Lezíria do Tejo, apresentando as explorações agrícolas do Médio Tejo uma MBT/UTA, apenas, cerca de 65% da média do Continente (**Tabela 2.1.2**)

Tabela 2.1.2. Rendimento agrícola das explorações agrícolas nas sub-regiões do Oeste e Vale do Tejo e respectivas componentes

	Oeste	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste e Vale do Tejo	Continente *
MBT/UTA (1000 €)	11,3	11,1	3,6	9,6	5,4
MBE/SAU (1000 €)	2,8	0,6	0,5	1,1	0,4
TRT/SAU (1000 €)	0,8	0,4	0,3	0,5	0,3
SAU/UTA (ha)	3,1	11,1	4,1	6,0	7,6
IST (%)	22,1	41,6	37,9	30,8	40,6

Nota: $MBT/UTA = ((MBE/SAU) + (TRT/SAU)) * (SAU/UTA)$ * Concelhos rurais

O factor determinante do nível mais favorável do rendimento agrícola das explorações agrícolas do O-VT é a produtividade económica (MBE/SAU) dos respectivos sistemas de agricultura que atinge, em média, valores 2,75 vezes superiores à média do Continente. Importa sublinhar que este diferencial é, no essencial, consequência da elevada produtividade económica das explorações agrícolas da sub-região do Oeste, cuja MBE por hectare de SAU atinge, de acordo com as nossas estimativas, um valor médio anual de 2,8 milhares de euros, o qual é muito superior aos correspondentes valores estimados para a Lezíria do Tejo (0,6 mil euros), o Médio Tejo (0,5 mil euros) e o Continente (0,4 mil euros).

A evolução futura da agricultura portuguesa em geral e a das sub-regiões do O-VT em particular, vai ser fortemente influenciada por duas das suas principais características actuais:

- a dimensão económica (DE) das explorações agrícolas;
- a dependência dos sistemas de agricultura praticados em relação às políticas em vigor.

Tomando como limiar de dimensão económica as 8 UDE (unidades de dimensão económica), pode-se concluir que contrariamente ao que se verifica no conjunto do Continente, o número de UTA e os hectares de SAU pertencentes às explorações agrícolas das sub-regiões do O-VT maiores que 8 UDE são maioritários. De facto, enquanto que, apenas 24% das UTA e 56% da SAU do Continente dizem respeito às explorações com mais de 8 UDE, as explorações agrícolas do O-VT representam actualmente 60 e 68% do respectivo emprego e área agrícola. Importa, no entanto, realçar que enquanto esta situação se verifica quer no Oeste, quer na Lezíria do Tejo, a totalidades das explorações agrícolas do Médio Tejo têm uma DE inferior a 8 UDE (**Tabela 2.1.3**).

Tabela 2.1.3. Representatividade das explorações agrícolas nas sub-regiões do Oeste e Vale do Tejo de acordo com a respectiva Dimensão Económica

Explorações agrícolas	Oeste	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste e Vale do Tejo	Continente
Com DE <= 8 UDE					
N.º de Explorações (1000)	5,2	6,4	13,4	25,0	291,0
UTA (1000)	5,2	6,1	12,5	23,8	369,1
SAU (1000 ha)	25,0	38,7	51,4	115,1	1627,0
Com DE > 8 UDE					
N.º de Explorações (1000)	15,2	8,5	-	23,7	79,8
UTA (1000)	22,0	13,8	-	35,8	116,7
SAU (1000 ha)	59,4	181,5	-	240,9	2077,4
Total					
N.º de Explorações (1000)	20,4	14,9	13,4	48,7	370,8
UTA (1000)	27,2	19,9	12,5	59,6	485,8
SAU (1000 ha)	84,4	220,2	51,4	356,0	3704,4

Tomando como limiar de dependência das políticas o valor de 50% referente ao indicador de suporte total (IST), somos levados a concluir que, a grande maioria das UTA (93%) e da SAU (74%) das sub-regiões do O-VT pertencem a

explorações com um IST inferior a 50%, enquanto que em Portugal Continental a situação actual é bastante diferente, uma vez que as correspondentes UTA e SAU atingem valores, respectivamente, de 65% e de 46% (**Tabela 2.1.4**).

Tabela 2.1.4. Representatividade das explorações agrícolas nas sub-regiões do Oeste e Vale do Tejo de acordo com a respectiva dependência das políticas em vigor

Explorações agrícolas	Oeste	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste e Vale do Tejo	Continente
Com IST <= 25%					
N.º de Explorações (1000)	14,2	0,7	0,7	15,6	64,3
UTA (1000)	19,8	1,3	0,6	21,8	88,7
SAU (1000 ha)	60,8	9,7	1,4	71,8	287,5
Com 25% >IST<= 50%					
N.º de Explorações (1000)	6,2	12,2	11,8	30,1	177,5
UTA (1000)	7,3	15,4	11,1	33,8	224,5
SAU (1000 ha)	23,6	120,9	45,1	189,7	319,0
Com 50% >IST<= 75%					
N.º de Explorações (1000)	-	2,0	0,8	2,9	110,9
UTA (1000)	-	3,2	0,7	4,0	147,1
SAU (1000 ha)	-	89,6	3,9	93,5	1433,6
Com IST>75%					
N.º de Explorações (1000)	-	-	0,1	0,1	18,1
UTA (1000)	-	-	0,1	0,1	25,6
SAU (1000 ha)	-	-	1,1	1,1	1142,3
Total					
N.º de Explorações (1000)	20,4	14,9	13,4	48,7	370,8
UTA (1000)	27,2	19,9	12,5	59,6	485,8
SAU (1000 ha)	84,4	220,2	51,4	356,0	3704,4

Da conjugação entre estes dois diferentes tipos de características actuais pode-se afirmar que (**Tabela 2.1.5**):

- 93% das UTA e 74% da SAU das sub-regiões do O-VT, pertencem a explorações agrícolas potencialmente competitivas do ponto de vista económico;

- apenas, 65% das UTA e 31% da SAU do Continente Português, estão integradas em explorações agrícolas com potencialidades para virem a ser economicamente competitivas.

Tabela 2.1.5. Representatividade e principais resultados das explorações agrícolas das sub-regiões do Oeste e Vale do Tejo de acordo com a respectiva competitividade e dependência de subsídios

Explorações agrícolas	Oeste	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste e Vale do Tejo	Continente
Economicamente competitivas					
N.º de Explorações (1000)	20,4	12,8	12,5	45,7	241,8
UTA (1000)	27,2	16,7	11,7	55,5	313,2
SAU (1000 ha)	84,4	130,6	46,5	261,5	1128,5
MBT/UTA (1000 €)	11,3	10,6	3,6	9,5	5,0
MBE/SAU (1000 €)	2,8	0,8	0,6	1,4	1,0
TRT/SAU (1000 €)	0,8	0,5	0,3	0,6	0,4
SAU/UTA (ha)	3,1	7,8	4,0	4,7	3,6
IST (%)	22,1	38,6	36,0	28,7	28,0
Apoiadas por subsídios					
N.º de Explorações (1000)	-	2,0	1,0	3,0	129,0
UTA (1000)	-	3,2	0,8	4,1	172,6
SAU (1000 ha)	-	89,6	4,9	94,5	2575,9
MBT/UTA (1000 €)	-	13,7	3,2	11,6	6,0
MBE/SAU (1000 €)	-	0,2	0,2	0,2	0,2
TRT/SAU (1000 €)	-	0,3	0,4	0,3	0,2
SAU/UTA (ha)	-	27,6	5,8	23,1	14,9
IST (%)	-	53,7	67,9	54,6	60,0
Total					
N.º de Explorações (1000)	20,4	14,9	13,4	48,7	370,8
UTA (1000)	27,2	19,9	12,5	59,6	485,8
SAU (1000 ha)	84,4	220,2	51,4	356,0	3704,4
MBT/UTA (1000 €)	11,3	11,1	3,6	9,6	5,4
MBE/SAU (1000 €)	2,8	0,6	0,5	1,1	0,4
TRT/SAU (1000 €)	0,8	0,4	0,3	0,5	0,3
SAU/UTA (ha)	3,1	11,1	4,1	6,0	7,6
IST (%)	22,1	41,6	37,9	30,9	40,6

Nota: $MBT/UTA = ((MBE/SAU) + (TRT/SAU)) * (SAU/UTA)$

Pode-se, assim, confirmar que enquanto que no conjunto das explorações agrícolas de Portugal Continental a viabilidade actual de quase 70% da respectiva SAU depende da existência de transferências de rendimento

geradas pelas políticas agrícolas, esta percentagem é de, apenas, 26%, no que diz respeito às sub-regiões do O-VT, o que torna os sistemas de agricultura destas sub-regiões muito menos dependentes do futuro da PAC do que a generalidade das outras regiões agrárias do País.

Importa, ainda, sublinhar que esta situação é particularmente notória na sub-região do Oeste, aonde de acordo com as nossas estimativas, a esmagadora maioria do número de explorações, de UTA e de hectares de SAU pertencem a explorações agrícolas potencialmente competitivas, se bem que com uma dimensão económica relativamente reduzida.

2.2. O Futuro da PAC e Suas Consequências

A PAC tem vindo a sofrer desde o início dos anos 90 do século passado um processo de reforma que, hoje em dia, pode ser caracterizado pelos seguintes principais tipos de orientações:

- desmantelamento progressivo das medidas de suporte de preços de mercado com a conseqüente cada vez maior abertura dos mercados agrícolas comunitários e gradual aproximação com os preços agrícolas mundiais;
- desligamento progressivo da produção das ajudas directas aos produtores agrícolas e sujeição dos respectivos pagamentos a condicionalidades relacionadas não só com a preservação do ambiente, a segurança alimentar e o bem-estar animal, como também com condições agronómicas e ambientais bem definidas;
- diversificação e reforço dos apoios quer de natureza agro-ambiental e agro-rural, quer indirectamente relacionados com a melhoria da competitividade dos sistemas e estruturas de produção, transformação e comercialização agro-alimentar e agro-florestal.

As alterações já em curso no sistema de preços e incentivos agrícolas têm como principais consequências:

- uma pressão adicional sobre a competitividade futura dos sistemas e estruturas de produção que já são actualmente competitivos;
- a inviabilização futura dos sistemas e estruturas de produção cuja viabilidade actual resulta do facto de serem apoiados por subsídios à produção, cuja eliminação no curto-médio prazo vai exigir ou a sua reconversão futura ou o seu abandono;
- a criação de oportunidades de reconversão quer para sistemas de agricultura de produção economicamente competitivos ou ambientalmente orientados, quer para sistemas de agricultura de conservação ou de serviços rurais.

De acordo com as nossas previsões a SAU do O-VT ocupada por sistemas de agricultura de produção economicamente competitiva e ambientalmente orientada tenderá a representar, no futuro, mais de 70% da respectiva SAU e cerca de 20% da totalidade da área futura deste tipo de sistemas de agricultura no conjunto dos concelhos rurais de Portugal Continental.

Importa, no entanto, sublinhar que estas tendências de evolução poderão vir a ser significativamente diferentes entre os 33 concelhos em causa, o que torna indispensável que, numa fase posterior, se proceda à sua identificação e caracterização do ponto de vista da sua orientação dominante futura no contexto dos sistemas de agricultura de produção, ou de conservação de base agrícola ou florestal, ou, ainda, dos sistemas de agricultura de serviços rurais em áreas dinâmicas ou áreas periféricas.

Com o objectivo de melhor compreendermos o impacto futuro do processo de reforma da PAC em curso, procedemos a uma classificação dos 33 concelhos rurais que integram as sub-regiões do O-VT com base em dois critérios distintos:

- tipo de ocupação cultural dominante (agrícola, florestal ou agro-florestal);
- tipo de agricultura dominante (de acordo com a respectiva dimensão económica e dependência das políticas em vigor).

Da conjugação destes critérios resultaram 7 zonas homogéneas do ponto de vista das suas tendências de evolução agrícola e florestal futuras (**Figura 2.2.1**):

- o conjunto formado pelos **concelhos agrícolas do Oeste Litoral** (Bombarral, Caldas da Rainha, Lourinhã, Óbidos, Peniche e Torres Vedras);
- o conjunto formado pelos **concelhos agrícolas do Oeste Interior** (Alenquer, Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço);
- o conjunto formado pelos **concelhos florestais do Oeste** (Alcobaça, Cadaval, Nazaré e Rio Maior);
- o conjunto formado pelos **concelhos agrícolas da Lezíria** (Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Cartaxo, Golegã e Salvaterra de Magos);
- o conjunto formado pelos **concelhos agrícolas do Bairro** (Alcaneneia, Entroncamento, Torres Novas e Santarém);
- o conjunto formado pelos **concelhos agro-florestais da Charneca** (Benavente, Chamusca e Coruche).



Legend

- Médio Tejo
- Litoral Tejo
- Oeste

Zonas Homogêneas

- Concelhos Agrícolas do Bairro
- Concelhos Agro-Florestais da Charneca
- Concelhos Agrícolas Litoral
- Concelhos Agrícolas do Oeste Interior
- Concelhos Agrícolas do Oeste Litoral
- Concelhos Florestais do Médio Tejo
- Concelhos Florestais do Oeste

Fig. 2.2.1. Delimitação de 7 zonas homogêneas na região do O-VT

Importa, neste contexto, sublinhar que o melhor aproveitamento possível das novas oportunidades de reconversão e a, conseqüente, minimização das ameaças de abandono da produção e território agrícolas em Portugal em geral e nas sub-regiões do O-VT em particular vão, em última análise, depender da forma como os actores regionais responderem aos instrumentos de programação em vigor.

2.3. O PDR 2007-13

Os apoios ao desenvolvimento da agricultura e do mundo rural durante o período 2007-13 irão, no essencial, ser financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

A disponibilização, em cada um dos diferentes Estados Membros (EM) da UE, das verbas do FEADER implica a elaboração de Planos Estratégicos Nacionais (PEN) e de Programas de Desenvolvimento Rural (PDR) para o período 2007-13.

São três os objectivos que se pretende ver atingidos ao nível da UE-25 no contexto das políticas que integram o PDR 2007-13.

Em primeiro lugar, a promoção da competitividade económica dos sectores agrícola e florestal.

Em segundo lugar, a conservação da natureza e da biodiversidade e a gestão do espaço rural.

Em terceiro lugar, a diversificação da economia das zonas rurais e a melhoria da respectiva qualidade de vida.

Com vista à concretização destes três objectivos, os diferentes tipos de medidas disponíveis foram agrupadas em quatro eixos prioritários em que o primeiro, segundo e terceiro eixos, correspondem aos três diferentes tipos de objectivos propostos e o quarto corresponde ao eixo LEADER.

Para cada um destes eixos foi identificado um conjunto muito diferenciado de medidas de política de escolha facultativa por cada EM.

O montante global de fundos afectados aos FEADER durante o período 2007-13 foi de 69250 mil milhões de euros, representando as verbas destinadas às políticas agrícolas em Portugal cerca de 4,6%.

Todos os diferentes EMs vão ficar sujeitos a taxas mínimas de afectação de fundos correspondentes a 10% para os Eixos Prioritários 1 e 3, 25% para o Eixo Prioritário 2 e 5% para o Eixo LEADER. Significa isto que Portugal, como todos os restantes EMs, fica com margem de manobra para afectar do modo que melhor entenda 50% do montante global das verbas a que terá direito no âmbito do FEADER

No que diz respeito às decisões até agora tomadas a nível nacional quanto à aplicação futura em Portugal das verbas do FEADER foi apresentado para discussão, quer o Plano Estratégico Nacional (PEN) para o Desenvolvimento Rural em Portugal, quer, mais recentemente, o Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) do Continente para o período 2007-13.

A finalidade da estratégia nacional para a agricultura e o desenvolvimento rural proposta pelo Governo Português consiste em “**promover a competitividade do sector agrícola e dos territórios rurais de forma sustentada**”.

Para o efeito o **PEN** define três **Objectivos Estratégicos**:

- aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal;
- valorizar os espaços rurais e os recursos naturais de forma sustentável;
- revitalizar económica e socialmente as zonas rurais.

Dois **Objectivos Transversais** são, ainda, propostos como complementares dos anteriormente indicados, visando:

- o reforço da coesão territorial e social;

- a promoção da eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial.

Para assegurar a concretização destes objectivos o **PDR 2007-13**, integra os quatro seguintes sub-programas:

- o **sub-programa 1** – promoção da competitividade;
- o **sub-programa 2** – gestão sustentável do espaço rural;
- o **sub-programa 3** – dinamização económica das zonas rurais e abordagem LEADER;
- o **sub-programa 4** – promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências.

Da análise do modelo de afectação de fundos proposto, do tipo de medidas e de acções preconizado, das condições de acesso e dos tipos de ajudas e níveis de apoio adoptados, somos levados a concluir que o conjunto de orientações estratégicas e programáticas em causa se encontram, predominantemente, orientadas para apoiar a promoção de sistemas de agricultura de produção economicamente competitivos (horticultura, fruticultura, viticultura e olivicultura) ou ambientalmente orientadas (modo de produção integrado e biológico), centrando os apoios futuros no âmbito da programação de sistemas de agricultura de conservação, nos casos em que está identificado um potencial de conservação relevante.

Importa, no entanto, sublinhar que o modelo escolhido não põe em causa a promoção da competitividade futura da agricultura de produção, a qual assumirá uma importância decisiva para o futuro da componente agro-florestal do PROT das sub-regiões do Oeste e Vale do Tejo.

De facto, de acordo com, as nossas previsões existem condições para que no O-VT sejam viáveis, no futuro, sistemas de agricultura de produção economicamente competitivos ou ambientalmente orientados, praticados no

âmbito de cerca de 27 mil explorações agrícolas ocupando uma SAU de cerca de 257 milhares de hectares e dando emprego a cerca de 39 mil UTA, os quais se prevê virem a estar maioritariamente localizados nas sub-regiões do Oeste e Lezíria do Tejo (**Tabela 2.3.1**).

Tabela 2.3.1. Representatividade e principais resultados das explorações agrícolas das sub-regiões do Oeste e Vale do Tejo de acordo com tipo de sistemas de agricultura

Sistemas de agricultura	Oeste	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste e Vale do Tejo	Continente
Agricultura de Produção					
N.º de Explorações (1000)	17,9	8,5	0,7	27,1	103,6
UTA (1000)	24,7	13,8	0,6	39,1	147,4
SAU (1000 ha)	74,2	181,5	1,4	257,0	1192,4
MBT/UTA (1000 €)	11,6	13,6	5,1	12,2	9,1
MBE/SAU (1000 €)	3,0	0,6	1,9	1,3	0,8
TRT/SAU (1000 €)	0,8	0,4	0,4	0,6	0,4
SAU/UTA (ha)	3,0	13,1	2,2	6,6	8,1
IST (%)	21,6	41,8	17,1	29,5	32,7
Agricultura de Conservação ou de Serviços Rurais					
N.º de Explorações (1000)	2,5	6,4	12,7	21,6	267,2
UTA (1000)	2,5	6,1	11,9	20,5	338,4
SAU (1000 ha)	10,2	38,7	50,0	99,0	2512,0
MBT/UTA (1000 €)	8,7	5,5	3,5	4,8	3,8
MBE/SAU (1000 €)	1,5	0,5	0,5	0,6	0,3
TRT/SAU (1000 €)	0,6	0,4	0,3	0,4	0,3
SAU/UTA (ha)	4,1	6,4	4,2	4,8	7,4
IST (%)	28,2	40,3	39,5	37,2	48,7
Total					
N.º de Explorações (1000)	20,4	14,9	13,4	48,7	370,8
UTA (1000)	27,2	19,9	12,5	59,6	485,8
SAU (1000 ha)	84,4	220,2	51,4	356,0	3704,4
MBT/UTA (1000 €)	11,3	10,9	3,6	9,6	5,4
MBE/SAU (1000 €)	2,8	0,6	0,5	1,1	0,4
TRT/SAU (1000 €)	0,8	0,4	0,3	0,5	0,3
SAU/UTA (ha)	3,1	11,1	4,1	6,0	7,6
IST (%)	22,1	41,6	37,9	30,9	40,6

As orientações propostas no âmbito do PEN e do PDR 2007-13, irão implicar o redimensionamento e a reorientação de 22 mil explorações agrícolas, com uma mão-de-obra actual de 20,5 mil UTAs e uma SAU de 98,9 milhares de hectares e que apresentam características agro-ecológicas, sócio-estruturais e técnico-económicas que as vocacionam para a prática futura de sistemas de agricultura de conservação ou de serviços rurais.

De facto, estas explorações agrícolas que se encontram predominantemente localizadas nas sub-regiões da Lezíria do Tejo e do Médio Tejo, irão exigir, para terem sustentabilidade económica futura, uma visão mais multifuncional do que aquela que decorre da estratégia e do programa nacionais propostos.

3. ANÁLISE SWOT – FORÇAS, FRAQUEZAS, OPORTUNIDADES

A análise das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da componente agro-florestal das sub-regiões do O-VT deve, em nosso entender, ser encarada de acordo com três perspectivas ou dimensões diferentes: a **económica**, a **ambiental** e a **social**.

Foi este, o tipo de abordagem adoptado no âmbito do **PEN para o Desenvolvimento Rural** em Portugal, o qual deu origem a três análises SWOT que nós subscrevemos no essencial. De facto, é nossa opinião, que o conteúdo dos pontos fortes e fracos e das oportunidades e ameaças que constam do documento em causa, cobrem de forma bastante completa a generalidade dos problemas actuais e das perspectivas de evolução futura da agricultura portuguesa em geral e das sub-regiões do O-VT em particular.

O que, em nosso entender, diferencia a região em análise em relação, por um lado, ao resto do Continente e, por outro lado, às diferentes sub-regiões que a integram (Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo) é a importância relativa que os diferentes elementos da análise SWOT deverão assumir no contexto da definição da ambição/objectivos a propor, a qual se reflectirá:

- quer na maior ou menor relevância a nível regional de cada uma das perspectivas/dimensões da análise SWOT em causa;
- quer do maior ou menor peso assumido a nível regional por cada um dos diferentes tipos de pontos fortes e fracos e de oportunidades e ameaças.

Por estes motivos, optou-se por utilizar o conteúdo proposto no PEN para os três tipos de análise SWOT nele apresentados, ou seja, a dimensão económica, a dimensão ambiental e a dimensão social, os quais constam dos **Tabela 3.1, 3.2. e 3.3.**

Tabela 3.1. Análise SWOT Dimensão Económica

Pontos Fortes	S	W	Pontos Fracos
<p>Condições climáticas propícias para cultivo de um conjunto importante de produtos, em especial os mediterrâneos, em virtude de factores como a temperatura e a insolação., e as forragens no caso dos Açores.</p> <p>Utilização de variedades apreciadas pelos consumidores.</p> <p>Grande potencial endógeno para aumentar oferta com qualidade diferenciada de produtos como, o azeite, as hortofrutícolas, o vinho e produtos da floresta.</p> <p>Boas condições de sanidade vegetal na esmagadora maioria das regiões do País.</p> <p>Evolução tecnológica da produção e transformação que se reflectem numa mais adequada utilização dos recursos</p> <p>Aumento da qualidade dos produtos transformados.</p> <p>Existência de um número significativo de denominações de origem.</p> <p>Potencial de crescimento do mercado interno.</p> <p>Desenvolvimento da capacidade exportadora (número de produtos e em quota de mercado).</p> <p>Proximidade geográfica dos mercados europeus face a terceiros.</p> <p>Importante valor paisagísticos das culturas, como a vinha, o olival, o pomar ou de espécies florestais como o montado ou os soutos em certas zonas do País.</p>			<p>Produto agrícola estagnado.</p> <p>Orientações produtivas desajustadas do mercado Custos de produção elevados.</p> <p>Necessidade de reestruturação de culturas permanentes em zonas com relevância para as várias culturas.</p> <p>Deficiente estrutura das explorações em importantes regiões do País.</p> <p>Tecido produtivo atomizado, dificultando integração na fileira.</p> <p>Escassez de água ou disponibilidade a custo elevado e baixa eficiência de rega.</p> <p>Insuficiente nível técnico dos profissionais.</p> <p>Insuficiente nível de instrução e formação profissional dos produtores.</p> <p>Dificuldades de autofinanciamento e acesso ao crédito.</p> <p>Défice de gestão empresarial e de organização dos produtores para o mercado.</p> <p>Frágil ou inexistente intervenção interprofissional nos sectores.</p> <p>Incipiente capacidade de inovação.</p> <p>Dificuldade de competição com outras regiões</p> <p>Deficiente imagem dos produtos portugueses nos mercados externos</p>
Oportunidades	O	T	Ameaças
<p>Vantagens comparativas naturais para o desenvolvimento de certos sectores com procura</p> <p>Potencialidade para produzir com de qualidade e diferenciação.</p> <p>Acesso privilegiado a mercados de europeus.</p> <p>Alteração do quadro institucional: reorientação da PAC para o mercado</p>			<p>Riscos associados à irregularidade das condições climáticas e à ocorrência de incêndios</p> <p>Desigualdade de condições de concorrência no mercado externo</p> <p>Interdição de produzir hortícolas e frutícolas em terras com direitos ao regime de pagamento único</p> <p>Envelhecimento da população agrícola</p> <p>Existência de problemas de desertificação em vastos territórios rurais</p>

Fonte: Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural 2007-13
(versão de 31/08/2006)

Tabela 3.2. Análise SWOT Dimensão Ambiental

Pontos Fortes	S	W	Pontos Fracos
<p>Elevado peso de áreas extensivas Níveis de extensificação elevados Produtividades baixas Baixos encabeçamentos Utilização crescente de modos de produção amigos do ambiente Níveis baixos de utilização de pesticidas e fitofármacos Património natural rico e diversificado, com significativo índice de biodiversidade Importância e dimensão da floresta Sistemas extensivos ou semi-naturais com elevado valor ecológico, como os agro-silvo-pastoris Equilíbrio do valor ecológico / económico de alguns sistemas</p>			<p>Aumento dos territórios artificializados e perda de áreas agrícolas Gestão florestal quase inexistente Riscos de degradação dos solos Uso pouco eficiente dos recursos hídricos Deficiente gestão dos efluentes da pecuária intensiva Sistemas tradicionais de produção com interesse para a conservação da natureza Incipiente cultura ambiental e deficiente utilização das suas vantagens</p>
Oportunidades	O	T	Ameaças
<p>Valorização socio-económica do ambiente pelo seu papel na paisagem rural e equilíbrio dos territórios</p> <p>Potencial de fixação de carbono associado aos sistemas agro-florestais e sistemas extensivos</p> <p>Potencial associado ao aproveitamento da biomassa agrícola e florestal para produção de energia renovável</p> <p>Crescente procura por produtos "naturais" e actividades de lazer associadas ao ambiente em espaço rural</p>			<p>Variabilidade climática com ocorrência cíclica de fenómenos extremos como a seca</p> <p>Riscos de desertificação física</p> <p>Risco de incêndios florestais</p> <p>Abandono da actividade agro-florestal</p>

Fonte: Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural 2007-13
(versão de 31/08/2006)

Tabela 3.3. Análise SWOT Dimensão social

Pontos Fortes	S	W	Pontos Fracos
<p>Novos fluxos migratórios Base de estrutura familiar na agricultura Pluriactividade da população agrícola nas zonas com maior diversificação do emprego Existência de património com valor nas zonas rurais Evolução positiva de alojamento turístico nas zonas rurais Evolução positiva da actividade artesanal Existência de dinâmicas locais</p>			<p>Baixa densidade populacional nas zonas rurais População rural envelhecida Elevadas disparidades no nível de rendimento e de desenvolvimento social entre zonas urbanas e rurais Baixo nível de adesão às TIC nas zonas rurais População activa envelhecida Fraco nível de instrução e de qualificação da população Infra-estruturas e serviços desadequados às necessidades do meio rural</p>
Oportunidades	O	T	Ameaças
<p>Elevado património cultural e natural Potencialidades associadas à multifuncionalidade e diversificação para actividades e serviços complementares à agricultura Crescente procura urbana pelas zonas rurais enquanto espaço de descanso e lazer Valorização pela população urbana da característica tradição e genuinidade associada aos produtos rurais</p>			<p>Abandono dos espaços rurais Fraca sustentabilidade social e económica das zonas rurais</p>

**Fonte: Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural 2007-13
 (versão de 31/08/2006)**

4. UMA VISÃO ESTRATÉGICA PARA O FUTURO DO SECTOR AGRO-FLORESTAL NAS SUB-REGIÕES DO OESTE E VALE DO TEJO

O desenvolvimento futuro da componente agro-florestal das sub-regiões do O-VT implica a criação das condições indispensáveis à concretização de uma visão estratégica conciliadora da multifuncionalidade das explorações agrícolas com a competitividade económica dos respectivos sistemas de agricultura de produção.

Uma visão estratégica do tipo multifuncional e económico vai implicar a concretização dos três seguintes objectivos:

- promover sistemas de produção agrícola e florestal economicamente competitivos e ambientalmente sustentáveis;
- viabilizar sistemas de ocupação e uso do solo que contribuam para a conservação da natureza e da biodiversidade e para o ordenamento do espaço rural;
- incentivar a diversificação e o reforço do tecido económico e social das zonas rurais e contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida.

A concretização destes objectivos vai depender da capacidade dos produtores agrícolas para desempenhar três diferentes tipos de funções.

Uma **função económica** baseada na prática de actividades agrícolas de tipo agro-comercial capazes de serem competitivas no contexto de mercados cada vez mais alargados e concorrenciais.

Uma **função ambiental** baseada na prática de actividades agrícolas de tipo agro-ambiental orientada para a valorização sustentada dos recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais.

Uma **função social** baseada em actividades agrícolas e não agrícolas de tipo agro-rural orientadas para a consolidação e diversificação do tecido económico e social das zonas rurais.

A concretização destas funções vai implicar a adopção de opções estratégicas capazes de promover a sustentabilidade futura no contexto das explorações agrícolas portuguesas de um ou mais dos quatro seguintes tipos de sistemas de agricultura (SA):

- sistemas de agricultura de produção economicamente competitivos;
- sistemas de agricultura de produção ambientalmente orientados;
- sistemas de agricultura de conservação;
- sistemas de agricultura de serviços rurais.

Por **sistemas de agricultura de produção** entende-se o conjunto de actividades agrícolas predominantemente orientadas para a produção de bens alimentares e matérias-primas agrícolas e florestais destinadas ao mercado. Estes SA são **economicamente competitivos** quando a sua viabilidade futura depende, exclusiva ou predominantemente, da produtividade económica dos factores de produção agrícola utilizados. Os SA de produção são **ambientalmente orientados** quando a sua viabilidade futura depender dos apoios que venham a beneficiar como pagamento de serviços de natureza ambiental por eles prestados.

Por **sistemas de agricultura de conservação** entende-se os sistemas de ocupação e uso do solo predominantemente orientados para a valorização sustentada dos recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais das zonas aonde são praticados. Trata-se, portanto, de SA cuja viabilidade depende, no essencial, do pagamento dos serviços por eles prestados no contexto da conservação da natureza e da biodiversidade e do ordenamento do espaço rural.

Por **sistemas de agricultura de serviços rurais** entende-se o conjunto de actividades agrícolas e não-agrícolas praticadas nas explorações agrícolas e

visando o reforço e diversificação do tecido económico e social das zonas rurais. Trata-se, também, de SA que para além de poderem gerar resultados líquidos decorrentes da sua competitividade económica, apresentam uma viabilidade futura que depende, no essencial, de apoios específicos orientados para as respectivas funções ambiental e rural.

A predominância de **sistemas de agricultura de produção apoiados por subsídios** futuramente inviáveis e por **sistemas de agricultura de produção economicamente competitivos** ou **ambientalmente orientados** de pequena e muito pequena dimensão económica, torna indispensável que venham a ser criadas condições que assegurem:

- a consolidação da competitividade futura dos sistemas e estruturas de produção agrícolas que são, hoje em dia, economicamente competitivas ou ambientalmente orientadas;
- o reforço da sustentabilidade futura dos sistemas de agricultura de conservação e de serviços rurais actualmente existentes; e
- a reconversão dos sistemas de agricultura de produção apoiados por subsídios, actualmente dominantes para um dos diferentes tipos de sistemas de agricultura de produção, conservação e serviços rurais que venham a reunir condições de viabilidade no futuro contexto de preços e de apoios agrícolas.

O sucesso da sua concretização no âmbito da **agricultura de produção** vai implicar a escolha de medidas de política capazes de:

- contribuir para o aumento da dimensão económica das respectivas explorações agrícolas;
- promover o rejuvenescimento e uma maior qualificação profissional dos activos agrícolas e capacidade de gestão e de organização comercial do tecido empresarial agrícola português;
- promover a expansão, reabilitação e modernização dos regadios privados e públicos;

- fomentar a inovação ao nível quer dos processos produtivos quer dos produtos finais obtidos no âmbito das fileiras produtivas identificadas como prioritárias;
- reforçar a generalização de futuras parcerias entre os produtores agrícolas portugueses e os agentes económicos que maior dinamismo apresentam no contexto das respectivas fileiras agro-alimentar e agro-florestal;
- promover os produtos agrícolas e florestais portugueses nos respectivos mercados externos.

A importância relativa destes diferentes tipos de factores determinantes da evolução futura da agricultura em Portugal varia sectorialmente, se bem que em todos os casos assumam uma relevância significativa.

Os sistemas de agricultura de produção com maiores potencialidades para serem **economicamente competitivos** são os sistemas de produção de:

- produtos hortícolas e hortofrutícolas;
- produtos horto-industriais;
- plantas ornamentais e flores;
- frutas;
- vinho;
- azeite;
- produtos pecuários;
- produtos silvícolas de maior valor acrescentado.

O principal factor condicionante da expansão futura destes diferentes tipos de sistemas de agricultura de produção está relacionado com os respectivos mercados.

Por este motivo, irá assumir importância estratégica decisiva para o futuro deste tipo de sistemas, tudo aquilo que o Governo Português possa vir a fazer, dentro e fora do futuro PDR, no sentido de:

- incentivar a criação de parcerias entre a produção e as restantes componentes das respectivas fileiras produtivas;
- promover os respectivos mercados de exportação.

No que diz respeito aos sistemas de **agricultura de produção ambientalmente orientados**, ou seja, aqueles cuja viabilidade irá depender do pagamento de serviços de natureza ambiental por eles prestados, importa realçar:

- os diferentes SA baseados no modo de produção biológico; e
- as culturas energéticas em geral, com especial relevo para aquelas destinadas à produção de bioetanol (cereais e beterraba sacarina) e biomassa para cogeração (povoamentos florestais de curta rotação, cana comum, cardo, ...).

Em relação ao modo de produção biológico, o conjunto de orientações estratégicas que constam do Plano Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Biológica (2004-07) constituem uma boa base de trabalho para a definição e implementação dos apoios indispensáveis a uma sua expansão futura nas diferentes regiões agrícolas do País.

No que se refere, às culturas energéticas o seu futuro vai depender da forma como vier a ser satisfeita a procura crescente de biocombustíveis sólidos e líquidos em Portugal, a qual irá assumir uma importância estratégica decisiva no contexto do biodiesel, do bioetanol e da biomassa para cogeração.

No que diz respeito, à **agricultura de conservação**, o tipo de apoios públicos a privilegiar devem ser equacionados de acordo com os diferentes tipos de funções/exigências ambientais/agronómicas com eles associados.

Se a função que se deseja ver concretizada for a de garantir a preservação quer da reserva agrícola nacional (RAN), quer da reserva ecológica nacional

(REN), sem que, para o efeito, os produtores agrícolas tenham de desenvolver actividades para além daquelas que vêm contempladas no contexto das condicionalidades agronómicas e ambientais previstas no âmbito do RPU, o pagamento de tais serviços deve ser considerado como estando garantido em função do valor anual dos respectivos pagamentos únicos e das indemnizações compensatórias no caso das zonas desfavorecidas.

Se a preservação da RAN e da REN exigir dos produtores agrícolas o desenvolvimento de actividades produtivas para além das práticas decorrentes das regras de condicionalidade, o pagamento de tais serviços deve ter um valor acrescido em relação ao valor do pagamento único, o qual pode assumir a forma de diferentes tipos de apoios (ajudas NATURA 2000, ajudas agro-ambientais e silvo-ambientais, apoios à florestação e agro-florestação de terras aráveis).

No caso de se pretender dos produtores agrícolas portugueses a prestação de serviços ambientais que vão para além dos tipos de funções anteriormente referidos, o seu pagamento deverá basear-se no estabelecimento de contratos específicos a financiar através de apoios agro-ambientais previstos para o efeito.

Alguns dos apoios de natureza agro-ambiental poderão vir a ser encarados de forma isolada (produção integrada, raças autóctones,...). No entanto, para a grande maioria dos apoios previstos vai ser indispensável articular de forma espacialmente coerente a sua aplicação futura, o que irá implicar não só a definição de zonas homogéneas, como alargar este tipo de abordagem integrada a outras medidas previstas no contexto dos restantes Eixos Prioritários e ao RPU.

De facto, é nossa convicção, que uma concepção e implementação adequada das regras de condicionalidade irá constituir um incentivo eficaz para uma substituição de sistemas de ocupação do solo e de técnicas de produção predominantemente orientadas para a obtenção de subsídios, por sistemas de

agricultura de conservação, cuja viabilidade futura virá a ser socialmente sustentada pelo efeito conjugado:

- dos pagamentos únicos às explorações a que têm direito;
- dos apoios que venham a estar em vigor no contexto das medidas de apoio ao uso sustentável dos solos agrícolas e florestais no âmbito do **Eixo Prioritário 2**, recentemente propostas no contexto do novo **Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER)**.

Assim sendo, o factor estratégico fundamental para a concretização deste tipo de reconversão consiste numa **articulação territorialmente coerente** entre:

- as regras de condicionalidade agronómica e ambiental;
- as intervenções territoriais integradas;
- as ajudas agro-ambientais e silvo-ambientais;
- os apoios à florestação e agro-florestação das terras aráveis;
- ajudas aos agricultores nas zonas de montanha e noutras zonas desfavorecidas.

Importa, ainda, realçar que é nossa convicção que os sistemas de agricultura de conservação tenderão a produzir, como produtos secundários da respectiva actividade, bens comercializáveis de natureza agro-pecuária orientados para nichos de mercado de produtos de qualidade e devidamente diferenciados numa base territorial, os quais poderão vir a constituir uma fonte adicional de rendimentos para os respectivos produtores agrícolas e suas famílias. O modo de produção biológico, tenderá certamente a encontrar implantação crescente neste tipo de sistemas de agricultura, garantindo, assim, através do tipo de apoios a que se encontra associado, uma outra fonte adicional de rendimento para as explorações agrícolas aonde venha a ser praticado. Em ambos os casos, as acções de promoção dos mercados previstos no **Eixo Prioritário 1** do FEADER irão assumir uma importância decisiva.

Da conjugação de um território rural ocupado predominantemente por sistemas de agricultura orientados para uma adequada conservação da natureza e da biodiversidade e do ordenamento do território, com áreas de menor dimensão ocupadas por sistemas de produção ambientalmente apoiados ou economicamente competitivos e com actividades não agrícolas praticadas dentro e fora das explorações, irão surgir sistemas de **agricultura de serviços rurais** de composição mais ou menos diversificada. As medidas propostas no âmbito do **Eixo Prioritário 3** do **FEADER**, irão constituir um elemento favorável à introdução dos sistemas agro-rurais em causa, de cuja consolidação e expansão regional irá, no essencial, depender o reforço e diversificação do tecido económico e social das zonas rurais, condição “sine qua non” para se poder vir a alcançar uma maior coesão económica e social entre as diferentes regiões do Continente Português.

Do ponto de vista da elaboração do PROT do O-VT, torna-se indispensável identificar e caracterizar espacialmente as potencialidades de expansão dos diferentes tipos de sistemas de agricultura de produção, conservação e de serviços rurais de modo a se poder discutir, não só a adequada resposta regional aos instrumentos de política sectoriais, como também, a sua compatibilização com as outras formas de ocupação e uso do solo, aspectos estes que irão ser abordados na fase seguinte deste trabalho.